Os dados recolhidos são processados automaticamente no interesse do titular e utilizados pela CMMG. Os interessados poderão aceder à informação que lhes diga respeito, solicitando a sua correcção,

_____

_____

REGISTO DE ENTRADA

N.º_____ PROC. N.º_____

DATA 200__/_____/_____

O FUNC.º _____

CÂMARA MUNICIPAL DA MARINHA GRANDE

Comunicação prévia de Operação de Loteamento e ou de Obras de Urbanização

(nos termos do previsto no art.º 34.º e seguintes do Dl. N.º 555/99, de 16 de Dezembro, na redacção conferida pela Lei n.º 60/2007, de 4 de Setembro - RJUE)

Ex.mo Sr. Presidente

(1) _____, estado civil _____, profissão _____, contribuinte fiscal n.º_____, portador do Bilhete de Identidade n.º _____ emitido em ____/____/_____ pelo Arquivo de Identificação de _____, com residência/sede n___ (2) _____, n.º ____, _____.º andar, na localidade de _____, (código postal) _____-_____, freguesia de _____, município de _____, telefone_____, fax _____, e-mail _____.

Na qualidade de (3) _____. do prédio sito em _____ _____Freguesia de _____ deste Concelho, descrito na Conservatória do Registo Predial sob o n.º _____, da freguesia de _____ e inscrito na matriz predial ☐ rústica ☐ urbana sob o artigo n.º _____, que confronta a Norte com _____, a Sul com _____, a Nascente com _____ e a Poente com _____, para o qual existe:

☐ Informação prévia favorável e válida, a que corresponde o processo n.º _____/_____, aprovada em _____/_____/_____, emitida ao abrigo do n.º 2 do art.º 14.º do RJUE, ☐ Alvará de loteamento n.º _____/_____

●Vem requerer a V. Ex.ª a **Admissão da Comunicação Prévia** para a realização de:

☐ Operação de loteamento ☐ Obras de Urbanização,

O prédio encontra-se abrangido por :

☐ PDM ☐ Em área com PU _____ ☐ Em àrea com PP _____

☐ Pelo alvará de loteamento n.º _____

☐ Relativamente à operação de loteamento:

• Área de Intervenção: _____

•Número de Lotes _____ • Área total dos lotes _____ • Área total de implantação: _____

• Área total de construção: _____ • Número total de fogos: _____

• Cedências obrigatórias, para integração no dominio público: _____

- • Área destinada a espaços verdes: _____
- • Área destinada a equipamento: _____
- • Área destinada a estacionamentos: _____, número de lugares: _____
- • Área destinada a passeios: _____

• Identificação dos lotes e indicação das respectivas áreas de implantação e de construção, localização, finalidade, número de pisos, confrontações

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

☐ Relativamente às obras de urbanização:

☐ Arruamentos, passeios, estacionamentos; ☐ Arranjos exteriores, ☐ Infraestruturas de electricidade

☐ Infraestruturas de abastecimentos de águas; ☐ Infraestruturas de redes de drenagem de águas residuais

☐ Infraestruturas de redes de águas puviais; ☐ Infraestruturas de telecomunicações

• Prazo para conclusão das Obras de Urbanização: _____ dias.

☐ Foi prestada caução a que se refere o art.º 54.º do RJUE, no valor de _____,____€ (_____ _____), mediante _____, destinada a assegurar a boa e regular execução de todas as obras de urbanização.

Espaço reservado a informações e despachos dos serviços

Pede deferimento,

_____, ____ de _____ de 200 ___

O requerente, _____

Conferi a assinatura pelo B.I. n.º _____ de _____/_____/_____

O Funcionário _____

Gestor do Procedimento:

_____

Contacto: 244 573 300

Horário: das 16H00 ás 17H30

e-mail: _____@cm-mgrande.pt

Atendimento ao público:_____

(Com marcação prévia)

Lista de documentos instrutórios

Para os devidos efeitos, anexa os seguintes documentos (assinalados com X), nos termos do previsto nos art.os 8.º e 10.º da Portaria n.º 232/2008, de 11 de Março:

Documentos comuns a qualquer das operações urbanisticas:

☐ Documento comprovativo da qualidade de titular de qualquer direito;

☐ Certidão da descrição de todas as inscrições em vigor emitida pela Conservatória do Registo Predial referente ao(s) prédio(s) abrangido(s);

☐ Fotografias a cores de diferentes ângulos de observação do local em que se insere a pretensão;

☐ Cópia dos documentos instrutórios em suporte digital, contendo a georeferenciação da implantação;

☐ Termo de responsabilidade dos autores dos projectos, acompanhados de documento comprovativo da sua inscrição em associação pública de natureza profissional, nos termos do art.º 10.º do RJUE;

Documentos especificios:

a) Comunicação Prévia de Operação de Loteamento

☐ Memória descritiva esclarecendo devidamente a pretensão e indicando a área abrangida;

☐ Extractos das plantas do plano especial de ordenamento do território (quando exista e estiver em vigor);

☐ Planta de síntese da operação de loteamento em base transparente e, quando exista, em base digital;

☐ Descrição pormenorizada dos lotes com indicação dos artigos matriciais de proveniência;

☐ Actualização da certidão da conservatória do registo predial anteriormente entregue;

☐ Planta da situação existente, à escala de 1:2000 ou superior, correspondente ao estado e uso actual do terreno e de uma faixa envolvente com dimensão adequada à avaliação da integração da operação na área em que se insere, com indicação dos elementos ou valores naturais e construídos, de servidões administrativas e restrições de utilidade pública, incluindo os solos abrangidos pelos regimes da Reserva Agrícola Nacional e da Reserva Ecológica Nacional e ainda as infra -estruturas existentes;

☐ Planta de síntese, à escala de 1:1000 ou superior, indicando, nomeadamente, a modelação proposta para o terreno, a estrutura viária, as redes de abastecimento de água e de saneamento, de energia eléctrica, de gás e de condutas destinadas à instalação de infra -estruturas de telecomunicações, a divisão em lotes e sua numeração, finalidade, áreas de implantação e de construção, número de pisos acima e abaixo da cota de soleira e número de fogos, com especificação dos destinados a habitações a custos controlados, quando previstos;

☐ Planta com áreas de cedência para o domínio municipal;

☐ Termos de responsabilidade subscritos pelos autores dos projectos e coordenador do projecto quanto ao cumprimento das disposições legais e regulamentares aplicáveis;

☐ Cópia da notificação da câmara municipal a comunicar a aprovação de um pedido de informação prévia, quando esta exista e estiver em vigor;

☐ Ficha com os elementos estatísticos devidamente preenchida com os dados referentes à operação urbanística a realizar;

☐ Planta com identificação dos percursos acessíveis, detalhes métricos, técnicos e construtivos e uma peça escrita descrevendo e justificando as soluções adoptadas;

☐ Estudo que demonstre a conformidade com o Regulamento Geral do Ruído, contendo informação acústica adequada relativa à situação actual e à decorrente da execução da operação de loteamento;

☐ Plano de acessibilidades que apresente a rede de espaços e equipamentos acessíveis bem como soluções de detalhe métrico, técnico e construtivo, esclarecendo as soluções adoptadas em matéria de acessibilidade a pessoas com deficiência e mobilidade condicionada, nos termos do artigo 3.º do Decreto -Lei n.º 163/2006, de 8 de Agosto.

b) Comunicação prévia de Obras de Urbanização

☐ Memória descritiva explicitando as obras , designadamente arruamentos, redes de abastecimento de águas, de saneamento, de gás, de electricidade e de telecomunicações e arranjos exteriores;

☐ Cópia da notificação da câmara municipal a comunicar a aprovação de um pedido de informação prévia, quando esta exista e estiver em vigor;

☐ Termos de responsabilidade subscritos pelos autores dos projectos e coordenador de projecto quanto ao cumprimento das disposições legais e regulamentares aplicáveis;

☐ Plano de acessibilidades — desde que inclua tipologias do artigo 2.º do Decreto -Lei n.º 163/2006;

☐ Estudo que demonstre a conformidade com o Regulamento Geral do Ruído, contendo informação acústica adequada relativa à situação actual e à decorrente da execução das obras de urbanização.

●Projectos da engenharia das especialidades, devendo cada projecto conter memória descritiva e justificativa, bem como os cálculos, se for caso disso, e as peças desenhadas, em escala tecnicamente adequada, com os respectivos termos de responsabilidade dos técnicos autores dos projectos:

- ☐ Infra-estruturas viárias;
- ☐ Arranjos exteriores
- ☐ Infraestruturas de abastecimentos de águas
- ☐ Infraestruturas de redes de drenagem de águas residuais
- ☐ Infraestruturas de redes de águas puviais
- ☐ Infraestruturas de electricidade
- ☐ Infraestruturas de telecomunicações

☐ Orçamento da obra, por especialidades e global, baseado em quantidades e qualidades dos trabalhos necessários à sua execução, devendo neles ser adoptadas as normas europeias e as portuguesas em vigor ou as especificações do Laboratório Nacional de Engenharia Civil;

☐ Condições técnicas gerais e especiais do caderno de encargos, incluindo prazos para o início e para o termo da execução dos trabalhos;

☐ Documento comprovativo da prestação de caução;

☐ Apólice de seguro que cubra a responsabilidade pela reparação dos danos emergentes de acidentes de trabalho, nos termos previstos na Lei n.º 100/97, de 13 de Setembro;

☐ Termo de responsabilidade assinado pelo director de fiscalização de obra;

☐ Declaração de titularidade de alvará emitido pelo Instituto da Construção e do Imobiliário (InCI, I. P.), com habilitações adequadas à natureza e valor da obra, ou título de registo emitido por aquela entidade, com subcategorias adequadas aos trabalhos a executar, a verificar através da consulta do portal do InCI, I. P, pela entidade licenciadora, no prazo previsto para a rejeição da comunicação prévia;

☐ Livro de obra, com menção do termo de abertura;

☐ Plano de segurança e saúde;

☐ Minuta do contrato de urbanização aprovada, quando exista.